

PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA À DITADURA NO PARANÁ

University teachers in the process of resistance to the dictatorship in Paraná

Docentes universitarios en el proceso de resistencia a la dictadura en Paraná

ALEXANDRA FERREIRA MARTINS RIBEIRO*, VALQUIRIA ELITA RENK, JULIA ALIOT DA COSTA ILKIU,
MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, SP, Brasil.

*Autora correspondente. E-mail: alexandrafmribeiro@gmail.com.

Resumo: Este artigo trata da participação das professoras universitárias do Paraná, organizadas coletivamente, no processo de resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O objetivo é discutir as múltiplas formas de organização, astúcia e participação das docentes nas greves, manifestações e mobilizações, a fim de reivindicar melhores condições de trabalho e salário para os profissionais da educação e demais espaços sociais no período ditatorial. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise documental. As fontes de pesquisa são os documentos constantes nas Pastas Temáticas de instituições de representação da classe docente e fichas individuais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), no período de 1964 a 1985. Nos documentos, observa-se a astúcia dos docentes para atender às suas reivindicações salariais, profissionais e sociais, mesmo sob a constante vigilância e repressão da DOPS.

Palavras-chave: educação superior; regime militar; mulheres; DOPS.

Abstract: This article deals with the participation of university professors from Paraná, collectively organized, in the process of resistance to the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985). The objective is to discuss the multiple forms of organization, cunning and participation of teachers in strikes, demonstrations and mobilizations, to other social spaces during the dictatorial period. This is qualitative research with documentary analysis. The research sources are the documents contained in the Thematic Folders of institutions representing the teaching class and individual files from the Political and Social Order Department (DOPS-PR), in the period from 1964 to 1985. The documents show the astuteness of the teachers to meet to their salary, professional and social demands, even under the constant surveillance and repression of the DOPS.

Keywords: higher education; military regime; women; DOPS.

Resumen: Este artículo aborda la participación de profesores universitarios de Paraná, organizados colectivamente, en el proceso de resistencia a la dictadura cívico-militar brasileña (1964-1985). El objetivo es discutir las múltiples formas de organización, astucia y participación de los docentes en huelgas, manifestaciones y movilizaciones, con el fin de exigir mejores condiciones laborales y salariales para los profesionales de la educación y otros espacios sociales durante el período dictatorial. Se trata de una investigación cualitativa con análisis documental. Las fuentes de la investigación son los documentos contenidos en las Carpetas Temáticas de las instituciones representativas de la clase docente y archivos individuales del Departamento de Orden Político y Social (DOPS-PR), en el período de 1964 a 1985. Los documentos evidencian la astucia de los docentes para cumplir con sus exigencias salariales, profesionales y sociales, incluso bajo la constante vigilancia y represión del DOPS.

Palabras clave: educación superior; régimen militar; mujeres; DOPS.

INTRODUÇÃO

Durante a ditadura militar no Brasil, as universidades tornaram-se espaços de debates sobre a situação do país, o que atraiu a repressão do governo militar, que temia práticas ou ideias contrárias ao regime autoritário e ditatorial. A mera acusação de comunismo podia resultar em demissões, suspensões ou apreensões. As universidades eram constantemente vigiadas e o corpo acadêmico militante era alvo de perseguição, prisão, interrogatórios e tortura, sendo usado pelos agentes da repressão para obter informações e espalhar o medo. Os registros dessa repressão podem ser verificados por meio dos documentos da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS).

A DOPS não foi uma invenção do regime civil-militar (1964-1985), ela foi criada no início do século XX¹, em um contexto de ações que visavam investigar grupos e pessoas que pudessem ameaçar o que se considerava um risco à ordem social e política. Entre esse período e o início do regime militar, passando pela redemocratização (1945-1964), tivemos inúmeras mudanças na estrutura da segurança pública do Estado, passando pelo surgimento e extinção de uma Chefatura de Polícia até a criação da Secretaria de Segurança Pública em 1962, que era encarregada por coordenar os organismos civis e militares. Até maio de 1967, conforme nos diz Schwarcz e Starling (2015), o regime militar utilizou a estrutura repressiva já existente dos estados. Esse aparato formado pelas DOPS constituiu a engrenagem de um sistema violento e opressor. Com a redemocratização do país a partir de 1985, não houve mais lugar para esse tipo de instituição, e as DOPS foram extintas em 1989.

Desde 1991, os documentos do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR) estão guardados no Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. Considera-se que os documentos contidos na Série Pastas Temáticas da DOPS-PR não são inócuos, mas sim

¹ A Polícia Política brasileira surgiu do Decreto nº 3640, de 14 de abril de 1900, “[...] que organizou o serviço policial distrital do país” (Luna, 2009, p. 4). Por meio “[...] do Decreto n. 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, foi criada a Inspectoria de Investigações e Segurança Pública. Pelo Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922, foi extinta a de Investigações e Segurança Pública e criada a 4ª Delegacia Auxiliar com uma Seção de Ordem Política e Social”. Mas foi no bojo do movimento tenentista e da criação da Coluna Prestes, consideradas as principais ameaças ao governo do então Presidente da República Arthur Bernardes, é que foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS, do Estado de São Paulo, que se tornaria, conforme Luna (2009, p. 6), a mais conhecida delegacia política do Brasil. Na sequência, outros estados brasileiros criaram suas próprias delegacias com seus aparatos de repressão política. Em 1933, sob o governo de Getúlio Vargas, foi criada, em âmbito federal, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps), com as mesmas atribuições das anteriormente delegacias ou departamentos de repressão política. Foi em 1937, quando do Estado Novo de Vargas (1937-1945), “[...] que aparece pela primeira vez, na estrutura organizacional e administrativa do Estado do Paraná, uma Delegacia voltada para a questão social” (Priori & Pomari, 2012, p. 103). Assim surgiu a DOPS do PR.

[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziram, [bem como das] épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (Le Goff, 2003, p. 538).

Dessa forma, este conjunto documental foi produzido em um período histórico para combater os chamados inimigos internos em nome da segurança nacional, desvelando relações de poder e opressão do Estado (Bacellar, 2005). Ademais, tais documentos podem ser discutidos como “[...] vestígios brutos de vidas” (Farge, 2017, p. 13), cuja guarda pelos agentes da polícia política tinha propósitos e significados comprobatórios e incriminatórios. O conjunto de documentos contidos nas Pastas Temáticas da DOPS-PR exibiu a função repressiva e preventiva, com o objetivo de coibir e intervir em ações políticas que contestavam a ordem autoritária imposta esperada durante o período ditatorial. O sistema normativo voltado para a Educação durante o regime militar funcionava como instrumento para controlar e reprimir a comunidade acadêmica e escolar, ao lado de outras leis igualmente autoritárias, como a Lei de Segurança Nacional e os Atos Institucionais. A Lei nº 4.430, de 1º de junho de 1964, burocratizou o exercício da greve, considerou ilegal a greve deflagrada por motivos políticos, sociais, partidários e de solidariedade, assim como estabeleceu a participação ou promoção de greve como um crime contra a organização do trabalho, estabelecendo pena ou multa para quem participasse. O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, um dos maiores marcos legislativos repressivos na educação, previa, entre outras normas, o desligamento e o impedimento de matrícula em qualquer estabelecimento de ensino, durante três anos, de estudantes participantes de movimentos tidos como subversivos, passeatas, desfiles e comícios não autorizados, entre outras situações que também levariam à mesma punição. As normativas impostas pelo Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foram revogadas pela Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979a, assim como foi concedida “[...] anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes” (Lei nº 6.680, 1979b). Essas leis representam o marco mais repressivo – legado da repressão e do controle estatal sobre a educação – e o processo de redemocratização do país.

Contudo, mesmo com a função repressiva e preventiva do Estado, efetivada por meio de ações políticas, havia pessoas que tentavam burlar as normativas impostas. No cotidiano, as pessoas “[...] jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los” (Certeau, 2014, p. 40). Assim, as normativas impostas pelo regime ditatorial tornavam-se um mecanismo de controle das atividades dos cidadãos, mas as ocorrências registradas nas pastas temáticas e nas

fichas individuais da DOPS-PR desvelam a insatisfação e as formas como as pessoas se arriscavam a subverter o estabelecido.

Com base nos pressupostos teóricos de Certeau (2014), pode-se compreender como ‘estratégias’ as ações do Estado e como ‘táticas’ as atividades das pessoas cujos nomes foram registrados nas pastas temáticas e fichados nas fichas individuais. A estratégia cabe ao detentor do poder, na medida em que calcula (ou manipula) as relações de força para impor seus objetivos. Quanto à tática, trata-se de uma ação calculada por parte daqueles que têm limitações impostas à sua autonomia. Como salienta Certeau (2014), a tática é o jogar com o terreno que lhe é imposto e, por esse motivo, ocorre dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. Por essa perspectiva, pode-se entender que o regime ditatorial-militar produzia as estratégias por meio do aparato repressivo e coercitivo, enquanto as ações das pessoas comuns valiam-se de táticas para tentar alterar, driblar ou resistir ao contexto imposto. Tanto táticas quanto estratégias podem ser desveladas na análise do conjunto de documentos que integram o arquivo DOPS.

O conjunto de documentos que compõem o arquivo DOPS-PR – Pastas Temáticas do período de 1937 a 1989 – é formado por mais de 7 mil pastas temáticas e 62.500 fichas individuais (Priori & Pomari, 2012) e apresenta fontes ligadas à temática da educação. Encontram-se fichas individuais, pastas individuais e pastas temáticas de instituições educacionais (de todos os níveis de ensino, tanto privadas quanto públicas), sindicatos da categoria, associações de classe docente e representações estudantis. Esses documentos exibem o rigor da lei imposta a professores, estudantes, instituições de ensino e servidores públicos ligados à educação, assim como revelam “[...] as formas de enfrentamento e de resistência dos docentes contra a ditadura civil-militar e os mecanismos de reivindicação por melhores condições de trabalho” (Renk et al., 2023, p. 15). Nesse sentido, esses documentos tornam-se uma profícua fonte para os pesquisadores da história da educação e história das mulheres.

Com base nessas considerações, o artigo busca responder à seguinte questão: é possível identificar, por meio da análise dos documentos contidos nas Pastas Temáticas e fichas individuais da DOPS-PR, formas de organização, táticas e participação de professoras universitárias nas mobilizações durante o período ditatorial? Para alcançar esse objetivo, o artigo foi subdividido nos seguintes objetivos específicos: sistematizar as informações contidas nas fichas individuais; elaborar uma prosopografia dessas professoras; e relacionar as astúcias e táticas dessas docentes. A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Para a análise qualitativa dos documentos (pastas temáticas e fichas individuais), foram utilizados os conceitos de táticas e estratégias de Certeau (2014) e os pressupostos metodológicos da prosopografia, conforme Stone (2011) e Heinz (2024).

Para delimitar a pertinência da pesquisa, foi elaborada uma breve revisão do que se tem produzido acerca da atuação política de mulheres paranaenses no período do regime ditatorial militar. Com recorte espacial no Paraná, os enfoques priorizaram a atuação do Estado (Brunelo & Priori, 2019), a participação feminina no movimento estudantil universitário (Beluzzo & Martiniak, 2019); Borges & Fiuza, 2020; Schmitt, 2023) e a relação entre gênero e ditadura (Conradi, 2020; Sousa, 2018). Apesar de os artigos encontrados tratarem da participação da mulher paranaense, pró ou contra a ditadura militar, justifica-se a relevância da temática proposta neste artigo uma vez que são escassas as pesquisas dedicadas a estudar a ação política das professoras universitárias do estado.

A APROXIMAÇÃO ÀS PASTAS TEMÁTICAS E FICHAS INDIVIDUAIS

Para se chegar às fichas individuais de professoras universitárias, foi necessário analisar as pastas temáticas (PT 95.12 – Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná; PT 2355.258 e PT 2355b.258, PT 2357.269 – Universidade Federal do Paraná; PT 2350.267 Universidade Católica do PR; PT 1895.223 – Sindicato dos Professores de Londrina; PT 2353.268 – Universidade Estadual de Londrina). As Pastas Temáticas contêm documentos coletados e produzidos pelos agentes da DOPS-PR, que poderiam incriminar ou colocar sob vigilância do Estado repressor determinadas pessoas ou organizações. Entre os documentos coletados, estavam panfletos, recortes de jornais, listas de nomes de professores fornecidas pelas Instituições de Ensino Superior à DOPS-PR, jornais produzidos pelos docentes, atas de reuniões, fotografias e outros. Também incluem documentos produzidos pelos próprios agentes da DOPS, como relatórios detalhados dos eventos em que participaram, os quais eram encaminhados à chefia. Este conjunto de documentos servia como ‘prova’ da participação das pessoas em situações consideradas objeto de atenção e vigilância dos agentes ou por atentar contra a segurança nacional.

As fichas individuais referem-se aos registros das pessoas que foram ‘fichadas’ pela DOPS-PR. Elas contêm dados detalhados de cada indivíduo, como nome completo, RG, estado civil, nacionalidade, filiação, sexo, endereço atual e anteriores, telefone, profissão, local de trabalho, salário, sindicalização, sindicatos frequentados, além dos nomes e residências de parentes conhecidos. No verso da ficha, entre outras informações retratadas, são registradas anotações datadas de cada evento em que a pessoa participou, solicitações de informações por outros órgãos sobre a pessoa e menções em notícias de jornais que mencionem o nome da pessoa.

A aproximação com o acervo da DOPS-PR iniciou-se pela busca nas pastas temáticas de associações de representação da classe docente e sindicatos. À medida que a pesquisa avançava, encontravam-se nomes de pessoas mencionadas pelos agentes da polícia política, citadas em notícias de jornais, informadas à DOPS-PR

pelas instituições de ensino ou documentadas pelos próprios agentes. Esses nomes foram anotados e, posteriormente, foram solicitadas à DOPS-PR as respectivas fichas individuais. No total, foram solicitadas 268 fichas de pessoas cujos nomes estavam registrados nas pastas temáticas ligadas à educação. Entre as 268 fichas individuais, havia homens e mulheres. A seleção resultou em fichas de 64 mulheres e 204 homens. Assim, a localização das fichas individuais das docentes universitárias, objeto deste estudo, foi realizada a partir dos documentos constantes nas pastas temáticas.

Diante da relação dessas 64 mulheres e com o intuito de organizar a análise e a exposição desse material, optou-se pelo uso da prosopografia. De acordo com Stone (2011), a prosopografia parte de uma lista simples de pessoas que integram um mesmo espaço social em um dado contexto histórico. Heinz (2024, p. 4) salienta que, na operação prosopográfica, por vezes, o pesquisador “[...] é confrontado com a ausência de informações específicas (mas nem sempre as mesmas) para indivíduos (mas nem sempre os mesmos) [...]”, o que pode dificultar o processo. Trata-se de uma ferramenta de análise histórica, com característica descritiva e inventariante, que tem por objetivo investigar e sistematizar um conjunto de questões uniformes para promover uma visão detalhada do grupo eleito. Pautando-se nesses pressupostos metodológicos e com base nos conceitos de estratégias e táticas, foi elaborada a prosopografia do grupo de mulheres.

Depois de solicitadas as fichas individuais das 64 mulheres que constavam nas pastas temáticas relacionadas à educação contidas na DOPS-PR, partiu-se para a transcrição e análise delas. A transcrição das fichas digitalizadas foi feita em formato de planilha do Excel e publicada em Ribeiro et al. (2024). Na planilha, foram colocadas em colunas distintas informações, como nome, primeira data em que foi fichada, filiação, nascimento, naturalidade, número do registro geral, estado civil, local de residência, profissão, motivo das anotações e observações extras. Com essas informações, distribuídas nas linhas e colunas da planilha, foi possível organizar os dados para elaborar parte da prosopografia desse grupo.

Destaca-se que muitas das fichas não apresentavam todas as informações que supostamente deveriam ser preenchidas. Nesse sentido, concorda-se com Stone (2011) e Heinz (2024), que observam que, em um grupo estudado, alguns membros terão documentos em abundância, enquanto para outros as informações serão escassas. Apesar da discrepância entre os dados, nome, data e motivo de estar sendo fichada estão presentes em todas as fichas individuais. Os nomes das mulheres e as datas em que participaram de alguma manifestação ou ato político, considerado pelo regime ditatorial uma ameaça à segurança nacional, encontram-se no Quadro 1 – Nomes², data do primeiro fichamento.

² Os sobrenomes foram suprimidos no intuito de proteger a identidade das mulheres fichadas, mas encontram-se explicitados nas fichas individuais da DOPS-PR.

Quadro 1 – Nomes, data do primeiro fichamento

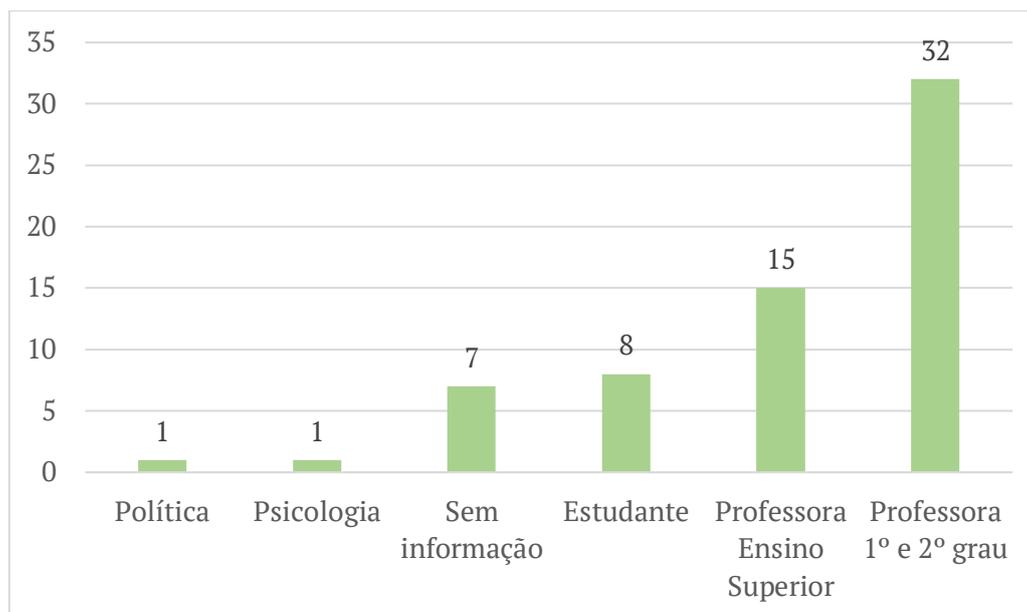
1º fichamento	Nome e Ficha	1º fichamento	Nome e Ficha	1º fichamento	Nome e Ficha
23/06/1964	Olalia (FI 01.975)	20/06/1978	Vera (FI 09.630)	30/05/1980	Chistina (FI 35.983)
02/08/1966	Adari (FI 28.897)	24/07/1978	Maria (FI 03.430)	06/06/1980	Benedita (FI 02.141)
08/08/1966	Dalena (FI 01.144)	24/07/1978	Marilda (FI 08.482)	13/08/1980	Zenite (FI 08.663)
28/06/1971	Lucy (FI 25.806)	24/07/1978	Ana (FI 08.664)	14/08/1980	Lidia (FI 36.301)
30/11/1971	Alaide (FI 42.235)	24/07/1978	Mariangela (FI 30.576)	19/09/1980	Eleonora (FI 23.681)
25/10/1976	Ligia (FI 25.481)	14/09/1978	Hiara (FI 23.709)	18/11/1980	Izolde (FI 01.799)
01/02/1977	Maria (FI 03.432)	14/09/1978	Ruth (FI 24.907)	08/12/1980	Zilda (FI 44.132)
07/02/1977	Edesina (FI 29.169)	14/09/1978	Elenice (FI 31.116)	10/12/1980	Rosa (FI 03.857)
11/05/1977	Maria (FI 29.678)	02/03/1979	Sueli (FI 10.958)	10/12/1980	Nadir (FI 15.348)
11/05/1977	Joselina (FI 30.703)	28/06/1979	Maria (FI 40.829)	10/12/1980	Amelia (FI 16.454)
12/05/1977	Elza (FI 41.965)	03/07/1979	Ana (FI 35.128)	10/12/1980	Elizabeth (FI 17.200)
14/10/1977	Feranda (FI 19.129)	08/08/1979	Luciana (FI 17.702)	10/12/1980	Tamar (FI 24.028)
14/12/1977	Dora (FI 17.536)	03/09/1979	Zuleika (FI 44.304)	10/12/1980	Leliane (FI 47.079)
14/12/1977	Eliane (FI 46.411)	21/09/1979	Rina (FI 14.889)	15/01/1981	Elsa (FI 00.642)
15/12/1977	Sonia (FI 14.728)	21/09/1979	Maria (FI 19.390)	15/01/1981	Maria (FI 17.211)
21/03/1978	Sonia (FI 23.619)	21/09/1979	Jacira (FI 45.487)	15/01/1981	Odilia (FI 46.987)
21/03/1978	Sonia (FI 19.650)	25/09/1979	Rosangela (FI 21.733)	30/04/1981	Maria (FI 45.493)
28/03/1978	Veronica (FI 44.448)	20/10/1979	Nadir (FI 07.078)	21/07/1981	Alba (FI 31.806)
29/03/1978	Dilza (FI 11.365)	29/11/1979	Zita (FI 19.713)	27/05/1982	Geni (FI 40.040)
29/03/1978	Maria (FI 42.893)	24/03/1980	Maria (FI 44.533)	10/11/1982	Regina (FI 15.396)
29/03/1978	Maria (FI 26.057)	28/04/1980	Maria (FI 40.825)		
23/05/1978	Ana (FI 39.450)	30/05/1980	Beatriz (FI 30.515)		

Fonte: As autoras, com base nas informações dispostas nas fichas individuais.

Por meio do quadro, pode-se observar as datas em que cada mulher foi fichada e o número de laudas de anotações de cada ficha. Percebe-se que essas mulheres foram fichadas entre os anos de 1964 e 1982. Nos primeiros anos de implementação do regime militar, foram fichadas 3 mulheres: 1 em 1964 e 2 em 1966. Depois, a partir do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, foram fichadas 32 mulheres: 2 em 1971, 1 em 1976, 9 em 1977, 15 em 1978 e 4 até agosto de 1979. Após a revogação do Decreto-Lei nº 477, com a criação da Lei 6.680, de 16 de agosto de 1979a e da anistia concedida com a Lei 6.680, de 28 de agosto de 1979b, foram fichadas 30 mulheres: 7 em 1979, 16 em 1980, 5 em 1981 e 2 em 1982. Com base nesses dados, compreende-se que, nos primeiros 5 anos da ditadura militar, um menor número de mulheres foi fichado em relação aos dois períodos posteriores. Ademais, apesar de a legislação punitiva e repressiva expressa no Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, quase metade do grupo analisado de mulheres fichadas persistiu com suas táticas de resistência no âmbito da educação no Paraná. A outra metade do número de mulheres foi fichada no período de redemocratização, a partir de agosto de 1979. Esses dados refletem que, independentemente do período analisado, algumas mulheres valeram-se de táticas para fazer oposição às normativas impostas, apesar das estratégias do governo em reprimir tais ações.

A análise das fichas possibilitou vislumbrar a atividade profissional exercida pelas mulheres que tiveram seus nomes registrados nas pastas temáticas ligadas à educação. Destaca-se que a solicitação das fichas derivou dos nomes encontrados nas pastas temáticas da educação, mas não se podia garantir que todas as envolvidas exerciam a profissão docente. A categorização está apresentada no Gráfico 1 – Número de mulheres de acordo com a profissão exercida.

Gráfico 1 – Número de mulheres de acordo com a atividade exercida



Fonte: As autoras, com base nas informações dispostas nas fichas individuais DOPS-PR.

Das 64 fichas individuais, 25 não registravam de modo explícito a profissão exercida, sendo necessária análise dos registros para identificar a atividade realizada de cada mulher. Apesar dos esforços dedicados, na ficha de 7 mulheres não foi possível identificar a profissão. Dentre as demais mulheres, havia: 1 psicóloga; a vereadora; 8 estudantes; 15 professoras do Ensino Superior; e 32 professoras do nível de 1º e 2º graus³. Dessa forma, apesar de o nome estar registrado nas pastas temáticas ligadas à educação, do grupo de 64 fichas individuais, 15 exerciam a docência no Ensino Superior.

Observa-se, por meio do Gráfico 1, a diferença no número de professoras que atuavam no nível de 1º e 2º graus e no Ensino Superior. Das fichas individuais analisadas, 32 eram professoras no nível de 1º e 2º graus e 15 eram docentes do Ensino Superior. É preciso considerar que o percentual de professoras que trabalhavam no ciclo básico da educação era substancialmente superior ao de professores universitários. Nos níveis de 1º e 2º graus, a maior parte do professorado era composta por mulheres. Enquanto isso, o número de mulheres⁴ que faziam parte do corpo docente das universidades brasileiras, entre os anos de 1960 e 1980, não superava 30%, conforme destacado por Ribeiro (2023). Dessa maneira, no que se refere às professoras que tiveram seus nomes fichados pela DOPS-PR, a diferença observada entre o número de professoras da rede oficial de ensino e a quantidade de professoras universitárias aponta para a necessidade de outros dados contextuais para uma compreensão mais aprofundada. Contudo, segue-se para a análise das 15 professoras universitárias.

PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS PARANAENSES SOB VIGILÂNCIA: ANÁLISE DAS FICHAS INDIVIDUAIS DA DOPS-PR

A análise seguiu por meio das fichas individuais das 15 professoras do Ensino Superior no Paraná. Ao cruzar a data de nascimento com a data do primeiro fichamento, é possível determinar a idade das professoras quando seus nomes foram registrados pela primeira vez por atividades consideradas subversivas pelo governo ditatorial. O Quadro 2 apresenta os resultados dessa análise, no qual se tem informações sobre professoras universitárias, incluindo a data da primeira anotação, a idade no momento do fichamento, o número de laudas e o local do registro.

³ Hoje essa denominação é Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio.

⁴ Com a expansão do Ensino Superior, foi significativo o ingresso de mulheres nesse nível de ensino. Contudo, o incremento é observado de modo diferenciado entre a posição de discentes e docentes. De acordo com Ribeiro (2023), ao comparar o aumento percentual de mulheres no corpo docente com o crescimento das mulheres como estudantes nos censos brasileiros, nota-se que as mulheres não alcançaram a mesma representação como professoras nas instituições acadêmicas na mesma proporção que como estudantes.

Quadro 2 – Professoras universitárias de acordo com data da primeira anotação, idade, número de laudas e local de fichamento

Nome	Primeira anotação	Idade	Laudas	Local do fichamento
Dalena (FI 01.144)	08/08/1966	38	2	Paraná - Curitiba
Maria (FI 29.678)	11/05/1977	32	2	Paraná - Londrina
Elza (FI 41.965)	12/05/1977	35	2	Paraná - Londrina
Sonia (FI 14.728)	15/12/1977	35	2	Paraná - Londrina
Joselina (FI 30.703)	11/05/1977	36	4	Paraná - Londrina
Eliane (FI 46.411)	14/12/1977	37	4	Paraná - Londrina
Maria (FI 03.432)	01/02/1977	39	2	Paraná - Londrina
Dora (FI 17.536)	14/12/1977	33 ou 36	2	Paraná - Londrina
Elenice (FI 31.116)	14/09/1978	s.i.	9	Paraná - Londrina
Ana (FI 35.128)	03/07/1979	41	3	Paraná - Londrina
Zuleika (FI 44.304)	03/09/1979	38	4	Paraná - Londrina
Jacira (FI 45.487)	21/09/1979	28	7	Paraná - Londrina
Nadir (FI 07.078)	20/10/1979	40	2	Paraná - Londrina
Maria (FI 44.533)	24/03/1980	35	7	Paraná - Londrina
Zenite (FI 08.663)	13/08/1980	41	2	Paraná - Londrina

Fonte: As autoras, com base nas informações dispostas nas fichas individuais.

Por meio do Quadro 2, observa-se que: sobre 1 das mulheres não havia a informação do nascimento; 1 tinha 28 anos; e 13 tinham entre 30 e 41 anos quando tiveram seus nomes registrados pela primeira vez. Esses dados demonstram que o grupo de professoras universitárias analisado era composto em sua maioria por professoras com mais de 30 anos e menos de 42 anos de idade. Entende-se que esse grupo de professoras universitárias tinha rendimentos próprios e maior autonomia sobre as lutas nas quais podiam se envolver.

O nível de engajamento em atividades consideradas perigosas pelo regime militar pode ser analisado pelo número de páginas que cada ficha individual possuía, conforme demonstrado no Quadro 2. Seis docentes tiveram fichas individuais contendo entre 4 e 9 páginas com registros. Nove professoras tiveram entre 2 e 3 páginas com anotações. Quanto maior o número de páginas, maior o número de registros relacionados ao envolvimento em atividades que requeriam atenção da polícia política. Enquanto algumas demonstraram alto índice de participação em atividades consideradas subversivas, outras parecem ter se envolvido de maneira mais moderada ou não documentada. Esses dados revelam que o nível de engajamento não era uniforme entre as professoras universitárias que tiveram suas ações expressadas nas fichas. Professoras com mais laudas em suas fichas provavelmente estavam mais ativamente envolvidas ou tinham um histórico mais detalhado de participação em tais movimentos, enquanto aquelas com menos laudas poderiam ter tido um envolvimento menor ou menos documentado.

As informações acerca do local de nascimento e da residência igualmente aparecem nas fichas. Duas fichas individuais não continham o local de nascimento das professoras universitárias, apenas 1 havia nascido na cidade de Londrina. Nove fichas individuais não apresentavam registro do endereço em que residiam. Pode-se compreender que o local de nascimento era uma informação irrelevante, contudo, na maioria das fichas, esse dado estava completo. Quanto à residência, percebe-se que se tratava de uma informação que os agentes da DOPS-PR não preenchiam. Considerando que para a DOPS-PR o local de moradia do fichado era relevante no momento de uma ação punitiva, entende-se que se tratava de um dado que facilmente poderia ser obtido, uma vez que essas mulheres eram professoras universitárias de instituições públicas.

Apesar da insuficiência de dados acerca da moradia, a análise das fichas permitiu identificar as cidades do Paraná em que essas docentes do Ensino Superior foram fichadas pela DOPS-PR. Na cidade de Curitiba, 1 professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR) foi fichada no ano de 1966 por conta de uma atividade. As outras 14 docentes atuavam na Universidade Estadual de Londrina e foram fichadas entre os anos de 1977 e 1980. Essa distribuição evidencia o destaque para a atuação das docentes do Ensino Superior na cidade de Londrina, podendo-se inferir que elas eram mais engajadas nas questões reivindicatórias ou que a cidade oferecia um cenário em que o debate poderia ocorrer de modo menos repreensivo. Observa-se que as professoras atuavam em instituições públicas de ensino, contudo com diferentes contextos de criação.

A história das duas universidades durante o regime militar é marcada por contextos e desafios distintos. A UFPR, criada em 1912 e federalizada em 1950, com suas raízes estabelecidas e uma comunidade acadêmica já consolidada, enfrentou uma repressão intensa desde os primeiros anos do regime, refletindo a resistência de seus membros. De acordo com Ribeiro (2023), os docentes da UFPR precisaram conviver com a intensa censura em seu cotidiano em razão de informantes à paisana nas salas aula e do controle sobre os temas discutidos, exercido pela reitoria e pelos chefes de departamento indicados pelas autoridades federais etc., formas que permitiam às autoridades barrar as discussões intelectuais, atentar-se e prender os subversivos por meio do medo e coerção. Quanto à Universidade Estadual de Londrina, foi constituída no início dos anos 1970 e igualmente tinha em seu interior “[...] os serviços de vigilância e informação da Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI)” (Borges & Fiuza, 2020, p. 1751) que impunham a repressão. Contudo, a UEL, fundada no auge da ditadura, teve inicialmente um corpo docente menos integrado, o que pode ter reduzido a repressão nos anos iniciais, mas possibilitou maior engajamento político e acadêmico à medida que a década de 1970 avançava. Dessa forma, compreende-se que cada instituição vivenciou a repressão de maneiras diferentes, influenciadas por seus respectivos momentos históricos de fundação e

desenvolvimento, características que podem ter favorecido o engajamento das docentes a partir de 1977.

Os registros acerca da filiação contidos nas fichas igualmente possibilitam uma apreciação. Das 15 fichas individuais das professoras universitárias analisadas neste artigo, 14 tinham registros dos nomes dos pais. Estima-se que, na medida do possível, era importante para os agentes da DOPS-PR ter a filiação das mulheres fichadas, visto que praticamente todas as fichas continham os nomes de pai e mãe. Esse dado pode ter sido priorizado pelos agentes da DOPS-PR com o intuito de evitar erros na identificação de pessoas com nomes homônimos.

Sobre o estado civil, 8 fichas continham a informação de se as professoras eram solteiras, casadas⁵, divorciadas ou viúvas, demonstrando possível indiferença em relação ao dado. Colling (2015) explica que nos projetos políticos autoritários, dentre eles o regime militar brasileiro, constroem-se sujeitos políticos únicos e classificam-nos em blocos antagônicos ‘situação’ e ‘oposição’. A mulher ‘militante política’ era encarada “[...] como um ser ‘desviante’, não uma mulher ideal⁶ e desejável” (Colling, 2015, p. 378, grifo do autor). No entendimento de Pinsky (2016), a partir dos anos 1960, havia representações de modelos mais flexíveis para o ser mulher: uma delas era a representação da ‘mulher cidadã’⁷, por exemplo, que tratava daquelas mulheres que se somavam às pautas feministas, que eram militantes e que se associavam a movimentos ligados à busca de uma esfera pública democrática. Por essas perspectivas, e valendo-se das informações contidas nas fichas, pode-se compreender que os agentes da DOPS-PR não consideravam relevante o estado civil das fichadas. Essas professoras, que podem ser representadas como mulheres cidadãs, foram fichadas em virtude de seus posicionamentos no espaço público de reivindicações e oposição ao regime militar.

Contudo, em uma ficha individual, o agente da DOPS-PR fez uma observação relativa ao estado civil. A anotação dizia: “[...] esposo Léo Judá Barbosa”⁸ (Paraná, 1979a). Além dessa observação, a professora teve outras anotações em datas distintas

⁵ Acerca das mulheres ligadas a matrimônios civis, apenas no ano de 1962 foi decretado o Estatuto da Mulher Casada, em que retirava das normativas a incapacidade legal das mulheres casadas. Até 1962, o Código Civil de 1917 designava a mulher casada como relativamente incapaz, “[...] sob a guarda de seu marido. As solteiras, separadas e viúvas estavam livres desta prisão. Mas todas almejavam o casamento porque somente assim seriam aceitas socialmente” (Colling, 2015, p. 374).

⁶ “A ‘mulher ideal’ estava no espaço a ela destinado, o santuário do lar, cuidando do marido e dos filhos” (Colling, 2015, p. 378, grifo do autor).

⁷ Pinsky (2016) explica que a representação da mulher cidadã começa a ser vinculada à imagem feminina a partir dos anos de 1960. As lutas políticas, os movimentos sociais e o feminismo ajudaram a redefinir como as mulheres passaram a ser representadas no espaço público. Vale lembrar que essa trajetória não começou agora. Podemos olhar para as sufragistas, muitas vezes retratadas como ‘excêntricas’ e ‘masculinizadas’, e as militantes do movimento operário no início do século XX.

⁸ O arquiteto mineiro Léo de Judá Barbosa mudou-se para o Paraná depois de ter sido demitido da Petrobrás por integrar o sindicato.

referentes à sua participação em atividades políticas. No caso dessa professora, compreende-se que ela era considerada um elemento a ser vigiado pela DOPS-PR, também em razão de ser esposa de alguém ligado a atividades de oposição. Entende-se que a informação sobre o estado civil era relevante quando o relacionamento a associava a pessoas consideradas oposição ao regime.

TÁTICAS DE PROFESSORAS PARANAENSES CONTIDAS NAS FICHAS INDIVIDUAIS DA DOPS-PR

Ter o nome fichado pela DOPS-PR poderia resultar em consequências significativas para além do registro, principalmente a partir da entrada em vigor do Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Essas consequências incluíam o impedimento de exercer determinadas atividades, além de demissões e a possibilidade de prisão. Tais registros e impedimentos oriundos de ter seu nome fichado podem ser considerados instrumento de controle social, exemplificando uma das estratégias do regime ditatorial de inibir atividades de oposição também por meio do exemplo, da vigilância e da censura política.

Nas anotações das fichas individuais das professoras universitárias analisadas, foram identificadas demissões e impedimento da participação em concursos. Relata-se o caso da professora da UFPR, em que se observou a recorrente verificação de antecedentes e o impedimento da participação em concursos públicos. Dalena teve seu nome fichado por assinar, no ano de 1965, um manifesto em protesto “[...] contra a prisão dos ‘intelectuais’ (todos comunistas)” (Paraná, 1966, grifo do autor). Por ter seu nome registrado nos antecedentes na ‘Seção de Informações’ e expressar sua contrariedade aos atos repressivos do regime, no ano de 1972, a professora teve sua solicitação indeferida para a “[...] obtenção de Certidão Negativa para fins de concurso de magistério”. Contudo, nas anotações contidas na ficha de Dalena, pode ser identificada uma astúcia da docente ao solicitar “[...] reconsideração do despacho indeferido [...]” ao Secretário de Segurança Pública, que concedeu a certidão negativa e o arquivamento de sua documentação junto à DOPS-PR. A autorização para arquivar a documentação, vinda de um superior na escala de poder, demonstra que havia um viés burocrático que possibilitava uma margem de manobra para aqueles sob vigilância. Ademais, a atitude de Dalena evidencia uma tática ao tentar superar os empecilhos impostos pelo regime autoritário, buscando contornar a situação possivelmente por meio de sua rede de relações. Em outras fichas individuais de professoras, igualmente identificou-se a verificação de antecedentes. Esses registros mostram que o fichamento pela DOPS-PR não era apenas uma formalidade, mas podia resultar em ações punitivas e investigações relacionadas à segurança do Estado.

As anotações nas fichas individuais do grupo analisado derivavam de variadas ações consideradas subversivas e perigosas ao regime militar. Quinze das professoras

do Ensino Superior que foram fichadas atuavam na Universidade Estadual de Londrina. Desde o ano de 1977, em várias dessas fichas, estava anotado: tem “[...] tendências esquerdistas [...]”, está ligada ao “[...] movimento de agitação do Hospital Universitário [...]”, tem “[...] amplo relacionamento[...]” com “[...] um grupo de médicos – residentes e internos – de tendências esquerdistas [...]” (Paraná, 1977b). As ações dessas professoras, anotadas nas fichas, eram de reivindicações; participação em protestos, greves, manifestações, eventos de debates públicos; apoio ao movimento estudantil e associações; elaboração de jornais alternativos; e envolvimento com partidos políticos. Tais atividades eram encaradas pelo regime militar como ameaça, oposição e, por esse motivo, rotuladas como esquerdistas. Essas ações igualmente podem ser entendidas como as táticas dessas professoras diante do contexto repressor do período.

As fichas expressam que essas docentes procuravam unir-se em deliberações que envolviam outras esferas da universidade. Em maio de 1977, promoveram um debate sobre o reitor⁹ do período no Diretório Central dos Estudantes e uma professora integrava o comitê de recepção aos convidados. Em setembro de 1977, participavam da “III Semana de Atualidades promovida pelo DCE” (Paraná, 1979a). Em dezembro de 1977, uma professora era simpatizante, outra incentivou e várias procuraram angariar “[...] recursos financeiros [...]” em prol da “[...] participação do Grupo Poeira nas eleições estudantis do DCE” (Paraná, 1977b). Em maio de 1978, elas reforçavam a necessidade de apoiar os discentes e criticaram o “[...] pronunciamento do reitor Oscar Alves sobre a participação de elementos estranhos atuando no Movimento Estudantil”¹⁰ (Paraná, 1977a). Em fevereiro de 1981, professoras e demais “[...] estudantes se opuseram contra a ação de despejo do DCE/LIVRE” (Paraná, 1979e). Dessa maneira, das anotações nas fichas analisadas, entende-se que as professoras se solidarizaram com as pautas dos discentes, tática que possibilitava o fortalecimento do processo de resistência ao regime militar.

Destaca-se a importância do movimento estudantil no processo de redemocratização do país. Nas universidades, os estudantes, em contato com teorias políticas e econômicas, foram levados a conhecer e questionar os valores impostos pela sociedade, participando ativamente dos debates e contestando os discursos produzidos pelos representantes políticos. No entendimento de Borges e Fiuza (2020, p. 1739), os debates políticos priorizados no movimento estudantil na década de 1960 e 1970 eram “[...] a luta de classes e a derrubada do regime [...]”, espaços que “[...] não seriam vistos essencialmente como oportunos para a discussão sobre a condição da

⁹ Oscar Alves, por indicação do Governador do Estado, assumiu o cargo de Reitor da Universidade Estadual de Londrina de 1974 a 1978.

¹⁰ De acordo com Borges e Fiuza (2020), a partir da década de 1960, a presença das mulheres no Ensino Superior possibilitou que elas se engajassem na militância universitária por meio do movimento estudantil e de outros movimentos. Esse ativismo tornou-se significativo não apenas para a luta pela redemocratização do país, mas também para a emancipação feminina.

mulher e o seu papel dentro do movimento político pela própria categoria”. Por essa perspectiva, compreende-se que por mais que as mulheres estivessem compondo os espaços universitários, o foco dos debates produzidos no movimento estudantil, aos quais algumas docentes somavam-se, tratavam do desmantelamento do regime militar e dos direitos de distintos grupos sociais.

As anotações da DOPS-PR poderiam relacionar as ações políticas às questões morais. Ao analisar a participação de estudantes mulheres no movimento estudantil paranaense, Borges e Fiuza (2020) identificaram o apelo em relacionar a presença das estudantes às questões morais. Esse processo de atrelar questões morais era uma tentativa de inviabilizar “[...] as convicções políticas dessas militantes estudantis, rotulando-as a partir da moral” (Borges & Fiuza, 2020, p. 1741) e ignorando seu engajamento político. Ressalta-se que nas fichas das professoras universitárias analisadas não foi possível identificar anotações de cunho moralista, como aconteceu ao movimento estudantil. As anotações referiam-se às atividades políticas de oposição das professoras, sem desmerecê-las por meio de insinuações moralistas típicas do período.

Essas professoras, possivelmente dispo de certo prestígio na cidade, buscavam apoio da comunidade nas reivindicações por elas propostas. Em maio de 1977, com a Prefeitura Municipal de Londrina, Maria (Paraná, 1979a) – engajada em manifestos e cartas abertas – participou da criação das associações de bairros. As associações de bairros objetivavam promover “[...] maior integração da classe estudantil com o operariado [...]” no intuito de juntar “[...] a soma de esforços [...]” para “[...] facilitar maior sucesso nas reivindicações”. Sobre as associações de bairro, Giuliani (2017) infere que esse movimento partiu da população residente nas periferias que começou a se organizar. Contudo, a anotação descrita na ficha da professora universitária desvela o envolvimento de acadêmicos e autoridades políticas para que esse movimento se concretizasse. Dessa tática, pode-se inferir que se tentava promover uma aliança entre professores, estudantes envolvidos nos debates políticos e a população no intuito de fortalecer uma frente solidária na luta por direitos diante das autoridades competentes.

As anotações revelam greves em que as professoras participavam. Em 24 de abril de 1979, as professoras participaram de uma passeata em apoio aos “[...] médicos residentes e alunos do curso básico de medicina [...]” que se “[...] encontravam em greve no HU da FUEL” (Paraná, 1977c). Nessa manifestação, distribuíram panfletos convidando o ‘povo geral’ para a comemoração do “[...] dia 1º de maio” (Paraná, 1978). A paralisação pode ter resultado em demissões e, em 30 de abril de 1979, elas participaram de uma greve em solidariedade aos 5 docentes demitidos na universidade. Essa manifestação recebeu o apoio de “[...] 300 estudantes que portavam cartazes [...]” e ‘gritavam’ durante o trajeto: “Queremos nossos professores”, “Abaixo o reitor”, “Médicos residentes apoiam os docentes demitidos” (Paraná, 1978). Outra manifestação, intitulada ‘Dia do Protesto’, foi realizada em 19 de junho de 1979 em prol dos professores demitidos, onde foi distribuído “[...] um manifesto contendo a posição

da Associação dos Docentes do H.U.” (Paraná, 1979c). Esses acontecimentos desvelam que as professoras analisadas participavam de mobilizações junto à comunidade acadêmica, em prol de melhores condições de trabalho e de autonomia universitária.

Essas docentes não se cansaram de expressar seu descontentamento e mantiveram suas reivindicações. Em julho de 1978, reuniram-se na Associação Médica de Londrina a fim de debater “[...] piso salarial, reajuste proporcional para os professores, concurso amplo” (Paraná, 1978). Em outubro de 1979, previam a paralisação das aulas e ficariam em ‘assembleia permanente’ (greve) “[...] com a finalidade de reivindicar melhores salários” (Paraná, 1979b). Com o apoio da Associação dos Docentes do Hospital Universitário, em maio de 1980, promoveram uma “[...] campanha contra a Comissão de Seleção de Residência Médica, instituída por ato executivo da Reitoria” (Paraná, 1977b). Em agosto e setembro de 1980, em assembleia geral, protestaram “[...] pelo não atendimento, por parte do governo estadual, de suas reivindicações [...]”, “[...] contra a falta de verbas para o Ministério de Educação, contra o ensino pago” (Paraná, 1979d). Em outubro de 1981, repetia-se o movimento “[...] reivindicatório de reajuste salarial” (Paraná, 1977b). Em janeiro de 1982, com o intuito de compreender as demais demandas dos docentes, distribuíram “[...] um questionário a ser preenchido pelos professores, a respeito da situação do magistério na área, por ocasião da eleição da nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina” (Paraná, 1978). Entre os anos de 1978 e 1982, as ações reivindicatórias do grupo de docentes analisadas refletiram-se em reuniões, assembleias, campanhas, protestos – em geral por melhores salários – e compreensão dos anseios dos demais professores. Tais ações podem expressar um descontentamento ativo por partes dessas professoras em relação às pautas por elas colocadas.

Essas ações desvelam que o grupo de docentes (com demais agentes sociais) se organizou em entidades associativas em prol de seus anseios. Entre 1979 e 1985, como explica Giuliani (2017), diversos setores da sociedade se mobilizaram rapidamente, exigindo a redemocratização do país e dando início a novos conflitos que abalaram a inércia das organizações de representação de classe. Nesse ínterim, a professora sindicalizada era representada pela “[...] mulher militante, disposta a ir às ruas lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho” (Louro, 2017, p. 474). Essa disposição em se organizar e reivindicar foi desvelada pelas anotações dos agentes da DOPS-PR nas fichas das professoras universitárias analisadas.

Algumas dessas professoras ocupavam cargos de liderança frente aos movimentos de organização das mobilizações, além de serem servidoras estaduais. Eliane (Paraná, 1977c) foi ‘líder’ em 1977 e eleita Vice-presidente em 1979; Ana (Paraná, 1979c) era Conselheira Deliberativa da Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional no Norte do Paraná. Elenice (Paraná, 1978) e Nadir (Paraná, 1979b), no ano de 1979, eram “[...] líderes do Movimento de União dos Professores do Paraná, entidade de cunho esquerdista [...]”, da qual integravam “[...] elementos radicais, associados à Associação de Professores Licenciados do Paraná”. Em 1980,

Elenice (Paraná, 1978) compunha a comissão representante de Londrina que partiu para Brasília (em janeiro) e depois para Belo Horizonte (em março) para participar, com “[...] várias entidades associativas do país [...]”, do Encontro Nacional de Professores. Em 1980, Maria (Paraná, 1980) era ‘militante ativa’; Zuleika (Paraná, 1979d) era suplente do Conselho Fiscal no Sindicato dos Professores de Londrina, “[...] onde saiu vencedora da Chapa Unidade [...]”, que era de ‘linha esquerdista’ e “[...]a maioria dos componentes[...]” era composta por “[...] elementos esquerdistas e simpatizantes”. Giuliani (2017) desvela que a partir de 1979 observa-se que mulheres conseguiram aos poucos adentrar os cargos de representações normalmente ocupados por homens, nas diretorias das organizações sindicais, associações, comitês etc. Por essa perspectiva, pode-se observar que o grupo de docentes universitárias ocupou posições de destaque em organismos reivindicatórios no período entre 1977 e 1980, ação que as levou a anotações em virtude de suas participações em atos deliberativos.

ENGAJAMENTO POLÍTICO E SOCIAL DAS PROFESSORAS UNIVERSITÁRIAS: LUTAS POR DIREITOS TRABALHISTAS, DEMOCRACIA, JUSTIÇA SOCIAL E DIREITO DAS MULHERES DURANTE A DITADURA MILITAR

As pautas que as docentes da FUEL discutiam iam além dos âmbitos das reivindicações de sua classe e se estendiam para outras esferas da sociedade, questões que puderam ser observadas nas anotações contidas nas fichas. Nos anos de 1979, 1980, 1981 e 1982, associaram-se à comemoração do Dia do Trabalhador, evento promovido “[...] pelas lideranças políticas e estudantis, bem como por entidades de oposição”. Inclusive, na celebração do 1º de maio de 1981, Maria (Paraná, 1980) “[...] fez uso da palavra dizendo que o governo [...]” defendia “[...] os grandes latifundiários industriais, os quais se [...]” sentiam “[...] garantidos pela Constituição [...]” vigente no período. Essas docentes tiveram anotações por se unirem à causa dos direitos dos trabalhadores.

Pela perspectiva de Louro (2017), é possível compreender parte da junção das docentes às pautas proletarizadas. No final dos anos de 1960 e na década seguinte, foi dado ênfase ao caráter profissional da atividade docente, o que ajudou a dar a percepção da profissão e um processo de proletarização da categoria. Nesse âmbito, “[...] professores e professoras vão buscar formas de luta também semelhantes às dos operários” (Louro, 2017, p. 474). Essa característica, ligada ao processo técnico e departamentalizado igualmente, estendeu-se para as universidades, o que pode ter promovido a associação das professoras universitárias às manifestações ligadas ao Dia do Trabalho.

Entre os anos de 1981 e 1982, as professoras analisadas somaram-se às discussões acerca da necessidade de mudanças políticas e sociais. As docentes universitárias integraram, em fevereiro de 1979, a manifestação do Dia Nacional do Preso Político. Maria (Paraná, 1980), como presidente do Comitê Londrinense pelos

Direitos do Povo e pela Assembleia Nacional Constituinte, Livre e Soberana, em 1981 e 1982, foi anotada por liderar manifestações – promovidas por várias entidades, partidos políticos, sindicatos, jornais alternativos e entidades estudantis – em que gritavam “[...] um, dois, três, quatro, cinco mil, Constituinte Livre e Soberana no Brasil [...]”; por, com estudantes, distribuir panfletos; por presidir reunião para discutir ‘Pacote da Previdência Social’; e por promover debate político contra Lei de Segurança Nacional e Pacote Eleitoral e contra a condenação dos metalúrgicos do ABC Paulista. Os locais de debate eram decorados com cartazes que diziam: “[...] contra a fome e a opressão e pela Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana [...]”; “Por eleições diretas”; “Por ensino gratuito”; “Abaixo LSN”; “Por melhores salários”; “Abaixo o desemprego”; “Contra a corrupção” (Paraná, 1980). Pode-se inferir que as atuações, expressas nas anotações das fichas, revelam o engajamento ativo em mobilizações que ansiavam uma Assembleia Constituinte do povo e que tratava de questões sobre direitos trabalhistas, educação gratuita e o combate à fome e à corrupção.

Entre 1978 e 1982, várias atividades foram conduzidas por indivíduos e grupos comprometidos com a defesa dos direitos humanos e a promoção da democracia no Brasil. Em 1978, as docentes contribuíram financeiramente com o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. Dois anos depois, em 1980, associaram-se ao Grupo Para Uma Sociedade Democrática, participando de palestras e debates sobre a exploração estrangeira na Amazônia, promovidos pela Comissão Pró-Comitê de Defesa da Amazônia, além de participarem de um ato público em repúdio ao terrorismo contra a imprensa alternativa e à omissão do governo em investigar esses crimes e contra a carestia. Em 1981, distribuíram livretos de conscientização, promoveram um curso intitulado ‘Classes Sociais no Brasil’ e participaram de reuniões do Movimento Negro Unificado de São Paulo e do Movimento Educação e Justiça. Em 1982, continuaram seu engajamento, participando de uma palestra sobre a Guerra de Libertação, apresentada por membros do Comitê de Solidariedade aos Povos Latino-Americanos. Essas ações refletem um contínuo empenho, advindos dessas docentes, em estar próximas aos debates de promoção de justiça social e política no país.

A pauta sobre a ‘igualdade na diferença’, em que se discutiam “[...] em favor dos direitos da mulher [...]”, “[...] maior penalização da violência sexual [...]”, pelo fim das discriminações contra o aumento do custo de vida” (Pinsky, 2016, p. 539-540), igualmente pôde ser observada nas fichas das professoras analisadas. Em março de 1979, houve participação no debate sobre o tema ‘A mulher e o trabalho’, promovido pelo departamento feminino do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos. Em outubro de 1979, Joselina (Paraná, 1977b), Elenice (Paraná, 1978), Maria (Paraná, 1980) e Jacira (Paraná, 1979e) foram anotadas por integrar ‘um grupo feminista’ que constituiu a Frente Democrática da Mulher Londrinense, entidade que tinha como objetivo conseguir o maior número de adeptas para o engajamento político e maior mobilização geral das mulheres, colocando-as dentro do contexto social e promovendo uma participação mais atuante. Em março de 1980, promoveram um

encontro em que todas as palestrantes “[...] procuraram destacar o papel da mulher em vários segmentos da sociedade onde ela deve lutar pela sua emancipação, acentuadamente na vida política, civil e social do país” (Paraná, 1978). Por essas anotações, compreende-se que o grupo de professoras analisadas pode ser caracterizado como mulheres politizadas, comprometidas com as causas de seu contexto, mas que suas pautas eram consideradas desviantes e dignas de anotações nas fichas da DOPS-PR.

As fichas das professoras universitárias analisadas desvelam que essas mulheres compunham um grupo que deliberava acerca do direito da mulher, com outras da sociedade. No movimento denominado Frente Democrática da Mulher Londrinense, estudantes paranaenses igualmente foram identificadas como atuantes, como revela Borges e Fiuza (2020). Giuliani (2017, p. 650) complementa que nesse período puderam ser observadas no país mobilizações que aglutinaram “[...] orientações culturais e ideológicas diversas em torno da luta contra a violência, a opressão e a discriminação da mulher [...]”, provenientes de grupos de mulheres profissionalizadas, de classe média ou donas de casa. Nesse sentido, as professoras universitárias da FUEL compunham esse movimento em prol da ‘igualdade na diferença’.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das Pastas Temáticas e das fichas individuais da DOPS-PR, foi possível identificar as formas de organização, táticas e participação do grupo de professoras universitárias nas mobilizações durante o período ditatorial. Para se aproximar do grupo de professoras, foi necessário solicitar as fichas individuais constantes nas Pastas Temáticas. A sistematização percorreu a transcrição das fichas individuais, nas quais se pode constatar que o primeiro fichamento de 64 mulheres é datado entre 1964 e 1982.

A partir da identificação das 15 professoras universitárias, foi elaborada a prosopografia desse grupo. As fichas das professoras universitárias analisadas desvelaram homogeneidade e heterogeneidade. O grupo era composto por mulheres com idade entre 30 e 41 anos, com 1 professora da UFPR fichada em 1966 e com 14 professoras da FUEL fichadas entre 1977 e 1980. As anotações desvelaram, no grupo londrinense, diferentes níveis de engajamento, podendo ser observadas professoras com mais anotações em relação às outras. Dessa forma, o grupo analisado demonstrou grande homogeneidade em relação à idade, ao período e ao local de mobilização, mas com intensidade diferente acerca das atividades de resistência desempenhadas e anotadas pela DOPS-PR.

Ter o nome fichado resultava em consequências, e as professoras vivenciaram tais punições. As consequências, como demissões e impedimentos profissionais – que

evidenciam que o fichamento não era apenas formal, mas resultava em ações punitivas – não foram impedimentos para que essas docentes se mobilizassem. Em um dos casos, evidenciou-se que havia possibilidade de usar as redes de relações para superar os empecilhos oriundos de se ter seu nome fichado. Nesse sentido, entende-se que as fichas representavam vigilância e atos efetivados como detenções e antecedentes positivados, o que impedia algumas atividades, como concursos.

Das anotações nas fichas individuais, foram relacionadas as astúcias e táticas dessas docentes. Das táticas das professoras universitárias, foram identificadas a união em deliberações universitárias e greves, demonstrando solidariedade e resistência ao regime. As professoras participavam de mobilizações e reivindicações por melhores condições de trabalho e autonomia universitária. Entre 1978 e 1982, suas ações reivindicatórias incluíam reuniões, assembleias, campanhas e protestos por melhores salários. Envolveram-se em greves, movimentos sociais, direitos trabalhistas, mudanças políticas e sociais, lutaram por uma Assembleia Constituinte, educação gratuita, combate à fome e à corrupção. A luta pela igualdade de gênero também esteve presente, com as professoras participando de movimentos pelos direitos das mulheres, contra a violência e a discriminação. As anotações das fichas revelam que essas mulheres eram politizadas e comprometidas com causas sociais, formando um grupo ativo na luta por direitos e justiça social. As professoras também se destacaram em posições de liderança nesses movimentos e suas pautas abrangiam, além de reivindicações de classe, direitos dos trabalhadores e questões sociais mais amplas.

Acredita-se que as fichas das 64 mulheres identificadas nas pastas temáticas possam resultar em outros estudos. Entende-se que as fichas das professoras de nível de 1º e 2º graus merecem análise mais detalhada. Outra possibilidade é estudar as fichas dos homens e posteriormente comparar com as fichas das mulheres para verificar se é possível identificar questões de gênero. Assim, as fichas individuais caracterizam-se como uma profícua fonte para análise de outros atores políticos que demonstraram resistência ao regime militar.

REFERÊNCIAS

- Bacellar, C. (2005). Uso e mau uso dos arquivos. In C. B. Pinsky (Org.), *Fontes históricas* (pp. 23-79). Contexto.
- Beluzzo, J. G., & Martiniak, V. L. (2019). A atuação do movimento estudantil nas universidades públicas paranaense durante o regime militar. *Faculdade Sant'Ana em Revista*, 3(2), 204-221. <https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/1251>

Borges, L. R., & Fiuza, A. F. (2020). Mulheres na universidade: a presença feminina no movimento estudantil paranaense (1964-85). *Revista Diálogo Educacional*, 20(67). <https://doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.DS11>

Brunelo, L., & Priori, A. (2019). Mecanismos jurídicos e repressão política do Estado, durante a ditadura militar brasileira: o caso do IPM 745 no Paraná e o desrespeito aos direitos individuais. *Diálogos*, 23(3), 134-153. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v23i3.48845>

Certeau, M. (2014). *A invenção do cotidiano* (Vol. 1). Vozes.

Colling, A. M. (2015). 50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero. *OP SIS*, 15(2), 370-383. <https://doi.org/10.5216/o.v15i2.33836>

Conradi, C. C. N. (2020). Gênero, memória e ditadura: a militância política de Lídia Lucaski no Paraná. *História: Questões & Debates*, 68(1), 261-296. <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/70916>

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. (1969). Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm

Farge, A. (2017). *O sabor do arquivo*. Editora da USP.

Giulani, P. C. (2017). Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 640-668). Contexto.

Heinz, F. M. (2024). Como se escolhem os escolhidos? Nota metodológica sobre a definição do grupo-alvo em prosopografia. *Estudos Históricos*, 37(81), 1-24. <https://doi.org/10.1590/s2178-149420240110>

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Editora da Unicamp.

Lei nº 4.430, de 1 de junho de 1964. (1964, 19 de junho). Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm

Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979. (1979a). Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6680.htm#art5

Lei nº 6.680, de 28 de agosto de 1979. (1979b). Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

Louro, G. L. (2017). Mulheres na sala de aula. In M. D. Priore (Org.), *História das mulheres no Brasil* (pp. 443-481). Contexto.

Luna, G. T. (2009). *O crime político e a criação da DOPS: legislação repressiva e atuação da Polícia Política Brasileira nas primeiras décadas do século XX (1900-1938)*. XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772189_e51e320a7b7d27eed81a503ded3311ee.pdf

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1966). *Ficha individual de Dalena* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 01.144).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1977a). *Ficha individual de Sonia* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 14.728).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1977b). *Ficha individual de Joselina* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 30.703).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1977c). *Ficha individual de Eliane* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 46.411).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1978). *Ficha individual de Elenice* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 31.116).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1979a). *Ficha individual de Maria* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 03.432).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1979b). *Ficha individual de Nadir* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 07.078).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1979c). *Ficha individual de Ana* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 35.128).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1979d). *Ficha individual de Zuleika* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 44.304).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1979e). *Ficha individual de Jacira* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 45.487).

Paraná. Departamento Estadual de Arquivo Público. (1980). *Ficha individual de Maria* (Documento do acervo da extinta Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS-PR), FI 44.533).

Pinsky, C. B. (2016). A era dos modelos flexíveis. In C. B. Pinsky, & J. M. Pedro (Org.), *Nova história das mulheres no Brasil* (pp. 513-547). Contexto.

Priori, A. A., & Pomari, L. R. (2012). Dops, trabalhadores rurais, comunistas e anticomunistas. *Revista Espaço Acadêmico*, 11(128), 102-109.
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/15623>

Renk, V. E., Candido, R. D., & Ilkiu, J. A. C. (2023). Os arquivos Dops-PR na construção de uma memória da educação. *Acervo*, 36(3), 1-23.
<https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1945/1941>

Ribeiro, A. F. M. (2023). *Tensões entre o permitido e o conquistado: trajetória de professoras do 2023 setor de educação da Universidade Federal do Paraná (1950-1973)* [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Ribeiro, A. F. M., Renk, V. E., & Candido, R. D. (2024). Fichas individuais de mulheres contidas nas Pastas Temáticas (DOPS-PR) de educação. <https://doi.org/10.5281/zenodo.12679882>

Schmitt, S. (2023). Universitárias contra regimes ditatoriais. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24(1), e300. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e300>

Sousa, R. C. (2018). Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, 31(65), 390-412. <http://dx.doi.org/10.1590/S2178-14942018000300005>

Schwarcz, L. M., & Starling, H. (2015). *Brasil uma biografia*. Companhia das Letras.

Stone, L. (2011). “Prosopografia”. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 115-137.
<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689>

ALEXANDRA FERREIRA MARTINS RIBEIRO: Pós-doutoranda no PPGDH da PUCPR e bolsista CAPES. Doutora e Mestre em Educação (PUCPR), na linha História, Memória e Políticas da Educação. Licenciada em História e Bacharel em Administração (PUCPR). Especialização em MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pelo FGV/ISAE.

E-mail: alexandrafmribeiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3942-8050>

VALQUIRIA ELITA RENK: Professora Titular da PUCPR nos Programas de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PPGDH) e Bioética (PPGB). Graduada em Geografia (UFPR, 1985), com Mestrado em Educação (PUCPR, 2000), Doutorado em Educação (UFPR, 2009) e Pós-doutorado (UFPR, 2019). Líder do Grupo de Pesquisa Bioética e Educação (CNPq), pesquisa Educação, Bioética, Direitos Humanos, História da Educação e Saúde.

E-mail: valquiria.renk@pucpr.br

<https://orcid.org/0000-0002-2679-7471>

JULIA ALIOT DA COSTA ILKIU: Mestre em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PUCPR, 2020). Pós-graduada em Ministério Público – Estado Democrático de Direito (FEMPAR, 2011) e em Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais (PUCPR, 2018). Graduada em Direito (PUCPR, 2010). Advogada do Município de União da Vitória, com experiência em Direito Civil, Administrativo e Trabalhista.

E-mail: juliaaliot@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3179-331X>

MARIA CECILIA BARRETO AMORIM PILLA: Pós-doutorado em Direitos Humanos pela UFG. Doutora e Mestre em História (UFPR). Graduada em Direito (UNICURITIBA); graduada em História (UFPR). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR. Líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Política e coordenadora do Laboratório de Alimentação e Direitos Humanos da PUCPR.

E-mail: ceciliapilla@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6526-8249>

Recebido em: 07.07.2024

Aprovado em: 20.02.2025

Publicado em: 01.05.2025

NOTA:

Este artigo faz parte do dossiê “A Educação nos Tempos da Ditadura”.

EDITORES RESPONSÁVEIS:

Eduardo Lautaro Galak (UNLP, Argentina)

E-mail: eduardo.galak@unipe.edu.ar

<https://orcid.org/0000-0002-0684-121X>

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

E-mail: elizabethfsa1@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5861-7535>

Rosa Fátima de Souza Chaloba (Unesp)

E-mail: rosa.souza@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-3905-7317>

RODADAS DE AVALIAÇÃO:

R1: três convites; um parecer recebido.

R2: três convites; nenhum parecer recebido.

R3: quatro convites; um parecer recebido.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Ribeiro, A. F. M. et al. (2025). Professoras universitárias no processo de resistência à ditadura no Paraná. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e373. DOI:

<https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e373>

FINANCIAMENTO:

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

LICENCIAMENTO:

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).